

pagos entre entes privados, que possuem liberdade para pactuarem tudo que não seja defeso em lei, conforme o Código Civil.

"Perseguir o bem da coletividade e o interesse público não é poder discricionário da Administração, mas um dever constitucional, procurando sempre estabelecer a melhor forma de contratação dos serviços que necessita. Em respeito a isso, a Administração devera levar em consideração o fator técnico em detrimento de qualquer outro para que seja capaz de escolher o melhor sistema que atenderá ao órgão, a fim de não prejudicar a Prefeitura, todos os seus servidores e, conseqüentemente, as Instituições Financeiras Consignatárias, por contratar um sistema ineficiente, ainda que "barato".

## II B. DA CONTRAPRESTAÇÃO

O item 13.2 do Anexo I determina que a Contratada devera pagar ao Município o importe de R\$300.000,00 em parcela única quando da assinatura contratual. Descreve esse pagamento como uma contrapartida pela licitação.

Em nenhum outro momento do Instrumento Convocatório é informado qual o parâmetro utilizado pela Prefeitura na adoção desse alto valor de "contrapartida". Ademais, não há nenhuma justificativa elencando a legalidade dessa imposição e como se coadunaria em um Processo Licitatório no qual a modalidade é o menor valor por linha processada. Afinal, a definição em dicionário para contrapartida seria "aquilo que se dá em troca de outra coisa", o que descreve quando a Administração Pública realiza uma cessão, concessão ou autorização de uso de bens públicos. O que não é o caso desse objeto. Ressalta-se que o caso da licitação em tela é do tipo menor preço, o que não coaduna com esse tipo de imposição, que não pode ocorrer no pregão eletrônico do tipo menor preço.

A prestação de serviços objeto da presente licitação, conforme expresso no ed.tal, será arcado pelas consignatárias do sistema. Ou seja, o valor a ser dispendido com o sistema fará parte dos custos de operação aglutinados pelas consignatárias para compor o CET, o que leva diretamente as taxas de juros oferecidas aos servidores. Ou seja, o valor da contrapartida, além de não possuir nenhum embasamento legal, fere o interesse público, por onerar as propostas comerciais de todos os licitantes, acarretando em uma prestação de serviços mais cara ao mercado.

Ademais, deve-se salientar que o alto valor da contraprestação exclui, por si só, várias empresas que prestam os serviços objeto desta licitação, visto que não é prevista nenhuma garantia de receita, o que não cria uma obrigatoriedade para que as Consignatárias, que pagam pelos serviços, utilizem o sistema da Contratada para oferecer seus empréstimos consignados, o que coloca em risco vulnerável as receitas da contratada e a sua própria continuidade.